

Grêmio estudantil e a democratização de direitos: contribuições da psicologia escolar

Student council and the democratization of rights: contributions from school psychology

Solange Pereira Marques Rossato¹

Nathalia Ramin Silva²

Vitória de Oliveira Balestero³

RESUMO

Este artigo aborda as áreas temáticas de educação, direitos humanos e psicologia escolar, no contexto de uma ação extensionista vinculada à atividade de ensino de uma universidade estadual do Paraná (PR), realizada em uma escola pública de educação básica do mesmo Estado. O estudo envolve uma prática de acadêmicas da área de psicologia escolar, cujo objetivo foi promover reflexões a partir de uma perspectiva crítica. Nesse contexto, participaram cinco estudantes do ensino médio, atuantes no Grêmio Estudantil escolar, refletindo sobre suas funções em relação aos direitos humanos e à escola pública. A intervenção abrangeu três encontros, nos quais foram desenvolvidas dinâmicas de grupo e rodas de conversa, com os seguintes temas: “Escola ideal e real, o que eu tenho com isso?”; “Grêmio estudantil e democratização escolar”; e “Função social da escola e o grêmio estudantil, potencializando direitos”. As atividades possibilitaram ampliar conhecimentos científicos, enriquecer os debates, estimular questionamentos e vislumbrar estratégias para fortalecer a função social e a participação efetiva do grêmio estudantil em uma escola democrática. Ressalta-se a importância de um trabalho continuado, em parceria com a psicologia, visando à valorização do Grêmio como representante do coletivo estudantil na defesa da educação de qualidade e da emancipação humana.

Palavras-chave: Direitos humanos. Grêmio estudantil. Educação básica. Psicologia escolar.

ABSTRACT

This article discusses the thematic areas of education, human rights, and school psychology, in the context of an outreach action linked to the teaching activity of a state university in Paraná, state of Paraná, Brazil, which was carried out in a public basic education school in the same state. The study involved a practice with academics in the area of school psychology, aiming to promote reflections from a critical perspective. In this context, five high school students of the student council took part, reflecting on their roles in relation to human rights and the public

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil; estágio de pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil; professora na Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil / PhD in Psychology, São Paulo State University Júlio de Mesquita Filho, State of São Paulo, Brazil; postdoctoral internship in Psychology, State University of Maringá, State of Paraná, Brazil; professor at the State University of Maringá, State of Paraná, Brazil (solangemrossato@gmail.com).

² Especialista em Psicopatologia e Saúde Mental pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, Santa Catarina, Brasil / Skilled in Psychopathology and Mental Health, University of the Far South of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil (nathaliaramin@gmail.com).

³ Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil; psicóloga educacional no Núcleo Regional de Educação de Maringá, Paraná, Brasil / Graduated in Psychology, State University of Maringá, State of Paraná, Brazil; educational psychologist at the Regional Education Center of Maringá, State of Paraná, Brazil (psi.vibalestero@gmail.com).

school. The intervention consisted of three meetings, in which group dynamics and discussion circles were developed on certain topics, such as: ‘Ideal and real school – what does it have to do with me?’; ‘Student council and school democratization’; and ‘Social function of the school and the student council – strengthening rights’. Through these activities, it was possible to expand scientific knowledge, enrich discussions, stimulate questions, and envision strategies to strengthen the social function and effective participation of the student council in a democratic school. The importance of continued work, in partnership with psychology, aimed at valuing the Council as a representative of the student collective in the defense of quality education and human emancipation is highlighted.

Keywords: Human rights. Student council. Basic education. School psychology.

INTRODUÇÃO

São inúmeras as situações e os contextos cotidianos, escolares e sociais, em que se observa o individualismo e a desvalorização da diversidade, atravessados por preconceitos e discriminação. Não obstante, decorrem o negligenciamento de direitos e o ofuscar do importante papel da educação na disseminação dos conhecimentos acumulados pela sociedade e na realização de ações na contramão dessa realidade. Denota-se, assim, a urgência em robustecer reflexões e constituir a cultura de cidadania e de direitos humanos, de modo a elevar os diferentes sujeitos de direitos e desenvolver novas práticas sociais, com vista a uma sociedade mais igualitária e solidária.

Nessa direção, a educação em direitos humanos, no processo de escolarização, pode cooperar diretamente para a compreensão e aplicabilidade de princípios éticos, políticos, humanos, de justiça, equidade, dentre outros. Além disso, pode contribuir na condução do exercício da cidadania, o que requer espaços propícios para reflexões e práticas da democracia. Esses espaços podem ser constituídos de diferentes formas, por exemplo, com a presença do grêmio estudantil. Como destacam Bulhões *et al.* (2018), o grêmio estudantil trata-se de uma organização relevante para a ampliação e o fortalecimento da consciência acerca das relações e fenômenos da realidade, bem como do próprio significado da escola.

Os grêmios estudantis surgem no Brasil, em parte, com os grandes estabelecimentos de ensino secundário (ensino médio), consolidando uma tradição da juventude, em colaboração à sua constituição e desenvolvimento. Assim, trata-se, também, de uma formação ensejada por debates e ações que visam garantir a participação efetiva dos estudantes nos processos coletivos de tomada de decisão, assegurando o direito de uma prática democrática. Logo, tonificar uma participação dessa estirpe requer o reconhecimento dos direitos de todos e de sua necessária concretização, nos diferentes cenários da sociedade (Governo do Estado do Paraná, s. d.).

Ao reconhecer e relacionar o grêmio estudantil à educação em direitos, defendemos ações e intervenções no cotidiano da educação básica que propiciem condições para descortinar a realidade, ampliar processos de aprendizagem e desenvolvimento e, como salienta Vygotski (2013), efetivar uma educação como mediação transformadora entre sujeito e sociedade. Nessa perspectiva, apresentamos a psicologia escolar em seus compromissos sociais e históricos, que tem por meta engajar-se com a promoção do acesso ao conhecimento crítico e de uma educação de qualidade, propulsores da emancipação humana (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Em suas intervenções na educação básica, inclusive, essa psicologia escolar pode tornar-se mais concisa ao elucidar o sujeito em sua totalidade, em conexão com a educação em direitos humanos.

A partir dessas discussões, elucidamos que este texto abarca as áreas temáticas de educação, direitos humanos e psicologia escolar. Exibe, portanto, importante extensão universitária, em conexão com a atividade de ensino de uma universidade estadual do estado do Paraná (PR), a qual foi concretizada em uma escola pública de educação básica desse mesmo Estado. O estudo abrange a realização de uma prática de cinco acadêmicas da área de psicologia escolar, a qual visou propiciar reflexões a respeito do grêmio estudantil, na perspectiva crítica, com os estudantes de uma escola de ensino fundamental e médio, referente às suas funções em relação aos direitos humanos e à escola pública e democrática.

O GRÊMIO ESTUDANTIL: ELUCIDANDO CONCEITOS E A DEMANDA À PSICOLOGIA ESCOLAR

O grêmio estudantil pode ser entendido como uma organização sem fins lucrativos, que visa corresponder aos interesses de todos os alunos presentes na instituição, assistindo aos direitos cívicos, culturais, sociais, desportivos e educacionais, dentre outros. Assim, configura-se como um órgão de representação dos estudantes na escola. Nessa perspectiva, a legislação brasileira reconhece a importância da participação dos estudantes na vida escolar, garantindo espaços de representação, como o grêmio estudantil, com fins de efetivar a cidadania e o protagonismo juvenil (Brasil, 1990).

Esse órgão cumpre papel importante na formação e no desenvolvimento de atividades relacionadas à juventude. Por meio do grêmio, os estudantes podem ter direito à voz e à vez no processo educativo, a fim de contribuir para a democratização das ações que acontecem na escola. No Brasil e no Estado do Paraná existem leis que garantem a sua legitimidade, como a lei estadual nº 11.054, que assegura a livre organização dos grêmios estudantis, e a lei federal nº

7.398, que permite a participação de entidades estudantis autônomas representativas dos interesses dos alunos secundaristas para finalidades cívicas, esportivas, sociais, educacionais ou culturais (Governo do Estado do Paraná, 2012). Essas legislações justificam-se pela necessidade de que os jovens sejam estimulados, conscientizados e tenham espaços significativos, para se sentirem pertencentes à escola e, com isso, somarem-se às lutas na implementação de direitos, numa instituição com participação democrática.

Conforme Amaro e Quadros (2016), ao se concretizar movimentos diferentes do que propõem essas legislações, o resultado pode ser o descompromisso e descuido com o espaço escolar, bem como a pouca adesão às questões relacionadas à instituição. Entretanto, acreditamos que o compromisso não deva ser apenas um meio propício à mera execução das demandas do Estado e da escola sem que se exercite uma reflexão crítica sobre isso, sem compreender os meandros de controle e das relações de poder que circundam o cotidiano escolar, como expõem Santos e Cervi (2022).

Para a idealização de uma escola democrática, é preciso que os alunos se entendam como agentes de transformação, que desenvolvam senso crítico e autonomia. Nesse cenário, Amaro e Quadros (2016) ressaltam que a escola deve ser um espaço onde os alunos possam questionar, discutir, duvidar, errar e colaborar mutuamente para as melhorias desse ambiente, num projeto coletivo. O grêmio pode ser, nessa perspectiva, um importante parceiro. Contudo, dada a relevância da participação colaborativa e exercício de cidadania por meio da representatividade, é importante mencionar que nem sempre os estudantes conseguem organizar o grêmio de maneira a funcionar efetiva e democraticamente (Amaro; Quadros, 2016; Bulhões *et al.*, 2018).

A exemplo disso, citamos que, em reunião preliminar com os estudantes pertencentes ao grêmio estudantil de uma escola estadual de educação básica do Paraná (cujo tópico será destrinchado na sessão seguinte), observou-se que esses alunos enfrentam problemas quanto à organização e elaboração da reunião mensal do grêmio. Eles relataram que muitos colegas desistiram de participar desse projeto por não compreenderem o que estavam fazendo, nem mesmo a própria importância dessa organização. Ademais, expressaram as dificuldades em exercitar as funções do grêmio e em dar voz àqueles que são representados por essa entidade.

As constatações supracitadas reforçam a necessidade de realizar ações, levando o debate e a formação ao grupo de estudantes. Desse modo, possibilitando a compreensão, discussão e problematização das funções de um grêmio estudantil e de seus integrantes; as possibilidades de ações na escola, a partir da esfera do coletivo; a própria função social da escola, seu papel em contribuição com a defesa e o fortalecimento desse segmento e do direito essencial da

educação escolar.

Em geral, a necessidade de trabalhar com o grêmio estudantil a partir de uma perspectiva e ótica de sociedade e escola democrática constitui-se pelo seu papel fundamental, historicamente constituído enquanto movimento estudantil, bem como pelas possibilidades de concretização de maior participação desses estudantes. A ampliação da compreensão de sua importância requer a problematização de conceitos essenciais, tais como grêmio estudantil, democracia, representatividade, lutas sociais e direitos humanos, em conexão com o modelo de sociedade vigente; um trabalho nesse sentido pode ser potencializado com a parceria da psicologia escolar crítica.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2019), cabe ao psicólogo, em sua atuação na educação básica, contribuir para a gestão democrática, levando em conta todos os agentes da comunidade escolar e seus processos de subjetivação. Considerando a função social diversa e abrangente da escola, a atuação desse profissional no contexto escolar também desempenhará a mesma responsabilidade. No entanto, em qualquer âmbito em que a intervenção seja realizada, precisa-se ter um objetivo em comum: a coletividade.

Com a articulação do contexto social, político e institucional, é possível considerar mudanças no cenário educacional. Para intervir nessa perspectiva, o psicólogo deve se ater a alguns aspectos da prática, tais como: a escola enquanto espaço de inserção e participação social; a complexidade onde são constituídos os fenômenos e as problemáticas; e, por fim, a participação ativa na construção de estratégias ético-político-pedagógicas exercitadas no processo educativo, dentre outros (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Destarte, a universidade em sua extensão à comunidade – nesse cenário, a educação básica – precisa realizar ações que colaborem para desnaturalizar realidades e ampliar o conhecimento sobre elas. Nesse processo, de modo em que a escola democrática, em sua relevante função social, possa promover o acesso à cultura elaborada ao longo do processo histórico, potencializando a humanização (Vygotski, 2013). Assim, as acadêmicas do curso de Psicologia, ao realizar suas atividades em colaboração à formação e ao desenvolvimento estudantil na educação básica, tiveram como meta atender à demanda colocada pela instituição e por seus alunos. Desse modo, objetivava-se trabalhar com o grêmio contribuindo para sua organização, mas, sobretudo, em prol de ampliar a participação ético-política da comunidade envolvida.

CAMINHOS ÀS PRÁTICAS ESTUDANTIS DEMOCRÁTICAS: O COLETIVO E OS DIREITOS CIDADÃOS

As atividades descritas a seguir refletem o relato de experiência que compreende uma prática de cinco estudantes⁴, graduandas do quinto ano do curso de Psicologia de uma universidade estadual do Paraná, ocorrida em 2023, no campo da psicologia escolar. Especificamente, diz respeito à disciplina anual intitulada “Formação em Psicologia e Educação”. Essa prática, em suas correlações teóricas, consolidou importantes atividades de extensão da instituição acadêmica à comunidade, particularmente a uma escola pública estadual⁵ que oferece o ensino fundamental nos anos finais, o Ensino Médio (EM) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em sua matriz curricular. Dentre as ações realizadas na escola, focaremos naquelas que contemplam a solicitação do trabalho com o grêmio estudantil⁶, composto por adolescentes e jovens do EM. A demanda surgiu, inicialmente, pela equipe pedagógica e, a partir do diálogo com integrantes do grêmio, manifestou-se o interesse e a necessidade de atuação, uma vez que, apesar de a organização estudantil possuir objetivos e potencialidades, estes eram pouco compreendidos tanto pelos representantes do grupo – majoritariamente composto por alunas – quanto pela própria equipe pedagógica.

O objetivo principal dessa prática, orientada por uma professora do Departamento de Psicologia de uma universidade estadual do Paraná, foi promover reflexões com os estudantes do grêmio estudantil sobre o próprio grêmio, referentes às suas funções, engajamento e possíveis ações no colégio, vislumbrando a participação democrática e fortalecedora de direitos do coletivo. Ademais, buscou-se evidenciar a relevância dessa representatividade na escola, coadunando com o exercício ético-político de sua função em prol de uma escola e ensino de qualidade. Nesse sentido, também foram potencializados debates acerca das correlações da função social do grêmio e da escola em conexão com a educação em direitos humanos.

Para as ações, consideramos o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição e pautamos na psicologia escolar crítica, na contramão de ações individualizantes e apartadas

⁴ É importante destacar a participação das cinco universitárias na execução das atividades de intervenção. Todavia, salientamos que, para a composição do texto, não foi possível a colaboração de todas.

⁵ O colégio está localizado em uma cidade de grande porte do interior do Paraná (PR); em 2022, ela abrangia mais de 2.500 alunos. A instituição está localizada em uma região central da cidade, onde estão matriculados alunos de diferentes contextos socioeconômicos presentes no entorno da escola, da cidade e da região; funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno.

⁶ As ações abrangentes de extensão à comunidade da educação básica, vinculadas à atividade de ensino na disciplina citada, decorreram totalmente no período de julho de 2022 a março de 2023. O destaque nesse texto abarca as atividades que envolvem o grêmio, as quais se caracterizam, até o momento, como parte da única edição que ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2023.

do contexto onde são produzidas as subjetividades dos escolares. As atividades ocorreram na própria escola, após o planejamento e discussão com orientação da professora responsável pelo ensino superior. Elas foram realizadas por aproximadamente um mês, no período vespertino (turno contrário ao que os alunos estudavam, a fim de possibilitar sua participação e não interferir nas suas atividades de sala de aula). Com relação ao ambiente, a escola disponibilizou uma sala, onde havia mesas e cadeiras, bem como televisão e recursos que viabilizaram a reprodução das mídias selecionadas.

Durante as atividades desenvolvidas, procurou-se mediar o diálogo com os estudantes enquanto sujeitos ativos, propiciando problematizações da realidade vivenciada em suas correlações com a escola e a sociedade a que pertencem. A intervenção, em detrimento do limite de tempo de permanência na escola, abrangeu apenas três encontros com as dez estudantes participantes. Desses encontros, cada um teve aproximadamente 1 hora e 40 minutos, constituindo, portanto, 2 horas/aulas. Além disso, houve uma reunião juntamente com os integrantes do grêmio, a equipe pedagógica e a pedagoga escolar responsável por esse órgão.

Numa reflexão crítica do caráter extensionista dessa intervenção e imersão social, salientamos que a relevância e complexidade da temática envolvida em direitos humanos deveria protagonizar ações e oportunizar suporte/protagonismo reflexivo a essa comunidade escolar, por um período e profundidade maior. Assim, reconhecemos os limites de nossa prática de extensão curricular, mediante a todo o contexto no qual o grêmio estudantil e a própria educação escolar (básica e superior) se consolidavam, pós-pandemia e imersos numa lógica neoliberal-capitalista. Azevedo *et al.* (2025) alertam sobre a necessidade da extensão universitária popular, flexionada para a verdadeira transformação social e a necessidade de impactar positivamente a comunidade, para além de uma lógica mercantil da profissão.

Dentro da realidade de possibilidades colocadas na imersão dessa extensão e visando ao alcance dos objetivos propostos, foram elencadas dinâmicas de grupo, rodas de conversas e pautas de temas, tais como: “Escola ideal e real, o que eu tenho com isso?”; “Grêmio estudantil e democratização escolar”; e, por fim, “Função social da escola e o grêmio estudantil, potencializando direitos”. Em geral, utilizaram-se materiais de apoio nesse cenário, como vídeos, músicas, cartolinas, canetas coloridas, lápis, cola, tesoura, revistas, jornais, jogos, papel sulfite *etc.*

Os três encontros foram estruturados em momentos iniciais de vinculação, interação entre participantes e acolhimento com atividades “quebra-gelo”. Logo, houve espaço para que os gremistas abordassem suas expectativas e sugestões. Seguiram-se as dinâmicas e a

finalização com a reflexão e o diálogo, a partir das atividades desenvolvidas, explorando os sentidos e significados do que foi desenvolvido em cada encontro.

O primeiro momento com o grupo de estudantes, para além da apresentação da proposta de atuação das universitárias e dos próprios participantes, teve como objetivo compreender e discutir uma escola real e ideal; para isso, o vídeo “Ep 14 – Gestão Participativa | websérie Nunca Me Sonharam | Instituto Unibanco | LEG” (Instituto Unibanco, 2021) foi explorado no encontro. Na problematização com os alunos, *a priori*, embasada nas experiências apresentadas no vídeo, propiciaram-se reflexões acerca do papel social de uma escola democrática e, contraditoriamente, constituída nos preceitos neoliberais do capitalismo, que destacaram a realidade em que eles estão inseridos (escola pública e o novo ensino médio).

Além disso, um trecho do documentário “Ep 15 – A escola é nossa | websérie Nunca Me Sonharam | Instituto Unibanco | LEG” (Instituto Unibanco, 2021) foi exposto, com reflexões propiciadoras de conexões da realidade escolar e do grêmio com contextos mais amplos. Desse modo, a entidade foi abordada em seu potencial, como um órgão de representação dos estudantes nas escolas e uma via para a democratização da comunidade escolar, elucidando conceitos essenciais à compreensão da educação em direitos humanos.

Em seguida, como disparador de outras provocações e leituras da realidade, aplicou-se a dinâmica “Escola ideal X Escola real”. Desse modo, os alunos foram colocados em círculo e, utilizando diversos materiais, como cartolina, revistas e canetas coloridas, cada um deveria selecionar imagens que, em sua percepção, referiam-se à escola ideal e à escola real; ademais, eles ficaram livres para desenhar também, caso preferissem. Após esse momento, cada participante pôde expressar o que motivou suas escolhas, que foram problematizadas à luz de uma compreensão crítica da realidade, da própria educação. Nesse cenário, o Conselho Representante da Psicologia no Brasil, em sua atuação, trouxe para o debate “o papel das políticas públicas educacionais na constituição do dia a dia escolar e as atividades de ensinar e aprender desenvolvidas nas relações entre educadores e educandos” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 34).

No segundo encontro, foi organizado um momento inicial por meio da retomada da atividade/dinâmica “Escola ideal X Escola real”, com foco nos principais conceitos e suas correlações ao cartaz confeccionado e aos vídeos explorados. Em continuidade, foram estabelecidas conexões dos destaques da dinâmica anterior e a reflexão concernente aos caminhos possíveis para aproximar a escola real da escola ideal, bem como seus desafios.

Além disso, a dinâmica “Círculo para fora” também foi desenvolvida, a qual visou estimular a comunicação, a cooperação e a criatividade entre os integrantes do grupo,

relacionando essas habilidades à sua participação e atuação no grêmio. Inicialmente, solicitou-se que todos os alunos formassem um círculo voltado para dentro, promovendo uma reflexão sobre a tendência de olharmos apenas para nós mesmos, em vez de nos voltarmos para o contexto externo, inclusive em sua dimensão mais ampla.

Em seguida, foi proposto um desafio: sem soltar as mãos – ou seja, mantendo a mesma formação – deveriam encontrar um modo de girar o corpo e o olhar para fora. A problematização girou em torno do papel que ocupam no grêmio, dos limites e possibilidades dessa atuação no contexto da escola e da sociedade em que vivemos, bem como no fortalecimento do direito a uma educação humanizadora. Nesse sentido, Laval (2004) elucida que a educação escolar, em meio às suas transformações, tem incorporado cada vez mais a ideologia neoliberal às suas dinâmicas cotidianas.

Ao longo do encontro, houve o resgate do que entendiam sobre a função do grêmio estudantil, com o objetivo de expandir esse conhecimento e refletir sobre as ações que podem e têm sido realizadas/limitadas na comunidade escolar. Para finalizar o encontro, o grupo foi instigado a refletir sobre as ações exercidas e como elas podem ser ampliadas, aprofundadas e compartilhadas com o conjunto dos estudantes da instituição. Mais do que isso, discutiu-se como essas ações se inserem na dinâmica coletiva da escola, na efetivação de direitos e, sobretudo, como podem ser compreendidas à luz da conjuntura das políticas públicas de educação e da sociedade capitalista.

Para o terceiro e último encontro, com viés de pontuar o grêmio estudantil e a função social da escola na potencialização de direitos, buscou-se exercitar o debate sobre o compromisso que a escola tem com a formação dos cidadãos e com o fortalecimento dos valores de uma escola pública, gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos, bem como suas correlações com a atuação do grêmio.

Inicialmente, replicou-se a dinâmica “Estamos Amarrados”, momento em que foi entregue um pedaço de barbante para cada participante, solicitando que se amarrassem uns aos outros pelos pulsos. Por limitar suas ações, houve a advertência e cuidado para não se machucarem. Após todos estarem “devidamente contidos”, foi introduzido o jogo “Torre de Pisa”, com o desafio de colocar todos os bonecos na torre, o que requer planejamento, comunicação e a quebra de paradigmas entre os participantes do grupo.

Posteriormente, apresentamos a música e o videoclipe *The Wall*, da banda Pink Floyd. Com a dinâmica realizada e a música apresentada, estabelecem-se conexões sobre os sentidos e significados sociais das amarras no cotidiano escolar e no próprio trabalho desempenhado no grêmio. Os alunos foram convidados a expor os sentimentos provocados e as ações

necessárias/possíveis para cumprir com os objetivos de manutenção da “torre equilibrada” e, ao mesmo tempo, considerar a opinião e ação do outro. Desse modo, aprofundaram-se as discussões, com o objetivo de refletir sobre a função da escola e do grêmio no contexto mais amplo, bem como na instrumentalização de ações pertinentes a esse órgão, culminando em práticas, ou seja, algumas possíveis estratégias a serem efetivadas na escola em prol de uma gestão democrática e mais participativa. Para finalizar, foi realizada uma síntese dos encontros anteriores, além do apoio ao planejamento de ações futuras, com a proposição de uma reunião *a posteriori* com a pedagoga da escola (representante do grêmio) e com a equipe pedagógica.

AS CONTRADIÇÕES DOS DIREITOS NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE: A PSICOLOGIA ESCOLAR COMO POTÊNCIA NA FORMAÇÃO HUMANA

A partir da realização das atividades e relatos dos estudantes que compõem o grêmio, verificou-se que os seus componentes, em maioria, realizavam outras atividades no contraturno do colégio, como a participação na Sala de Recursos Multifuncionais de Altas Habilidades e Superdotação, constituindo-se num diferencial e destaque entre os demais, por seu alto desempenho escolar ou notória habilidade em alguma área específica. Além disso, constatou-se que, ao demonstrarem interesse em compor chapas para a eleição do conselho de alunos, os estudantes passavam por aprovação e crivo prévios da equipe técnica escolar. Essa verificação exige o questionamento sobre o distanciamento dos arcabouços de uma educação e participação democráticas, pois, como acentua Laval (2004), a educação deve ser um direito para todos e entendida/comprometida como um bem público e comum.

A dinâmica de construção de chapas dos representantes dos alunos pode configurar a descaracterização da gestão democrática nas escolas e da própria constituição desse tipo de órgão (Asbahr, 2024). Como afirma a autora, “a escola ainda precisa avançar muito na democratização das relações escolares, transcendendo a ideia de concessão para uma prática democrática, em que se legitima o direito de participação de todos” (Asbahr, 2024, p. 4). Nota-se que, na instituição do grêmio, a organização é atravessada por uma hierarquia instituída e balizada na escola em questão, que define quem é ou não capaz. Nesse sentido, define-se quem é supostamente mais qualificado, seja por seu desempenho escolar quantitativo ou por uma aparente habilidade prévia.

Nesse cenário, a escola, ao replicar os princípios neoliberais de meritocracia, descredibiliza-se dos preceitos democráticos e reproduz o modelo de sociedade vigente,

naturalizando-o. Alertamos para a crítica de Laval (2004) sobre a constituição de uma escola que, cada vez mais, se insere na ordem competitiva de uma economia globalizada, sendo condicionada a se adaptar à economia capitalista e à sociedade liberal, sofrendo, portanto, processos de desinstitucionalização, desvalorização e desintegração. Esse modo de organização da educação pode enfraquecer “tudo o que faz contrapeso ao poder do capital” (Laval, 2004, p. 14).

Outrossim, Asbahr (2024) alerta para a prática de tutela em relação aos alunos, na sua participação e desenvolvimento da autonomia. É preciso, portanto, efetivar ações junto às escolas que descortinam esse contexto, posicionando-se em favor dos direitos de cada um e de todos na composição do grêmio. É pertinente, ainda, amalgamados por uma psicologia crítica, suscitar na escola questionamentos sobre como ela “consolida valores, modos, tempos e marca lugares, classifica e impõe certa ordem ao mesmo tempo que cria o que escapa a esse padrão, o que é avesso, o que é desordem, seguindo preceitos de uma ideologia proposta pelo capital” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 33).

Com a realização dos encontros, questionamos e tecemos uma leitura mais ampla desse panorama averiguado na escola, discutindo conceitos essenciais em prol dessa compreensão; esses conceitos envolviam a democracia, bem como as funções da escola e do grêmio na sociedade do capital. Os participantes perceberam e apontaram a segregação entre os estudantes, expressa no “convite” e “incentivo” (realizado pela direção e equipe técnico-administrativa da escola) para participar do grêmio estudantil, geralmente direcionados àqueles que apresentavam um perfil específico (em geral, alunos com altas habilidades/superdotação ou líderes de sala). Isso, pois, em tese, corresponderiam ao ideal de capital humano, por suas competências e habilidades associadas ao espírito empresarial (Laval, 2004).

Por outro lado, relataram que foram justamente os estudantes que não participavam de atividades extracurriculares (ou que não necessariamente se encaixavam no perfil esperado) os que mais se destacaram nesse órgão, empreendendo lutas e contribuindo significativamente para o avanço do coletivo. Nesse sentido, a consciência, imersão e compreensão da participação democrática podem fazer grande diferença na educação escolar e em seu exercício (Bullhões *et al.*, 2018).

De modo geral, o diálogo com os alunos nas rodas de conversa e dinâmicas utilizadas proporcionaram um espaço a eles para que compartilhassem as suas experiências como atuantes do grêmio, incluindo suas insatisfações, expectativas e preocupações sobre as eleições seguintes. Essas preocupações, inclusive, destacam-se, uma vez que “ações contrárias à legitimidade do processo democrático podem ser tomadas arbitrariamente, interferindo na

confiabilidade do ‘grêmio’ no que se refere a sua função social de representante dos interesses estudantis” (Bulhões *et al.*, 2018, p. 103).

Nessa perspectiva, Martins (2012) afirma que a educação escolar e o conjunto das atividades que a compõem deveriam objetivar a experiência educativa e social, a qual não pode ser compreendida sem a elucidação de que seus alicerces se constituem nas relações sociais de produção, que inclusive definem seus ideais de escola. Outrossim, a subjetividade dos seres humanos é formada nessas relações, além de os sentidos e significados sociais de democracia, educação e estudante serem constituídos (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Portanto, nas discussões e problematizações com os participantes, imbuídos por uma psicologia que busca sustentar um campo de indagações (Conselho Federal de Psicologia, 2019), foi primordial realizar essas correlações com eles, compreendendo o projeto de grêmio, de escola em suas múltiplas determinações e na complexidade envolvida.

Para alçar a instrumentalização de práticas em favor de seus projetos e da garantia de uma escola de qualidade, os participantes refletiram sobre o que poderiam fazer e o que estava ao seu alcance para aproximar a escola ideal da escola real. Desse modo, eles apontaram o que consideravam mais frágil na escola, implicando a conduta de alguns professores e funcionários. Levamos o debate para o contexto de funcionamento da escola, situada no cenário da educação pública e da própria sociedade, das dificuldades de estrutura e funcionamento, para além da ação de um ou outro professor, com o intuito de possibilitar uma compreensão mais ampla da lógica dialética de manutenção dessa realidade (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Ressalta-se, portanto, a importância do diálogo entre toda a comunidade escolar, podendo assim ampliar o debate acerca das arbitrariedades e contradições dilatadas na escola (Martins, 2012).

Outrossim, por meio do olhar atento da psicologia e imbuídos de “práticas coletivas de produção de subjetividade” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 36), problematizamos o “Grêmio ideal e real” existente na escola, considerando que, teoricamente, ele deveria constituir-se como um órgão representativo dos interesses dos alunos, alinhado à construção de uma escola democrática e de qualidade. Isso deve ocorrer em um espaço de atuação da psicologia que instrumentalize os alunos para que se desenvolvam como sujeitos críticos e transformadores da realidade, apropriando-se do conceito de democracia e buscando romper com as relações de exclusão presentes na escola (Bulhões *et al.*, 2018). Tal realização, em nossa prática e na contramão de uma psicologia adaptacionista, contribui para desnaturalizar o viés de “uma estrutura institucional hierarquizada que distribui responsabilidades e confina cada um num determinado lugar” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 35).

O grêmio estudantil pode corroborar para que os alunos se tornem agentes

transformadores da sociedade, emponderando-os na/para a reflexão dos problemas cotidianos, aproximando-se de uma real democracia. Destarte, percebemos entre os participantes uma dificuldade em concretizar essa possibilidade para além de “apagar fogos”, especialmente no que se refere à construção de um espaço democrático – capaz, de fato, de estabelecer o diálogo entre os representantes do grêmio e os demais estudantes da escola. Nesse diapasão, espera-se uma ação extensionista universitária popular que se configure numa “práxis do engajamento”, sem anular o ser da comunidade – esses estudantes – enquanto agentes transformadores de seu entorno social (Azevedo *et al.*, 2025). Como destaca Martins (2012), são necessárias ações direcionadas a esses sujeitos, com reorganizações qualitativas dos processos psíquicos, que lhes ofereçam condições, subsídios e preparo para planejar intervenções capazes de promover mudanças.

A partir dos questionamentos e do reconhecimento do isolamento e distanciamento do grêmio em relação às suas proposições, uma das alternativas apontadas pelos estudantes para promover o diálogo com a comunidade escolar, estimulando a participação em reuniões e assembleias, foi a criação de um e-mail institucional e de outros recursos que facilitassem a comunicação entre todos os envolvidos. Além disso, vislumbrou-se a possibilidade de desenvolver novas formas de divulgação das ações do grêmio. Outro encaminhamento consistiu na realização de uma reunião entre a pedagoga responsável pelo grêmio na escola e o coletivo representante do órgão, com o objetivo de discutir propostas e revisar o papel do próprio grêmio. Esse ponto foi considerado fundamental pelos estudantes, que desde o início de nossas atividades expressaram como demanda a necessidade de fazer valer a voz do coletivo, uma perspectiva que converge com os princípios da psicologia, ao valorizar, na educação, a construção de um possível campo de “fermentação [de] lutas” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 37). Nesse cenário, a atividade com o jogo “Torre de pisa” propiciou correspondências que puderam ser aferidas com os coletivos escolares, evidenciando que a ação de todos, individualmente, tem relevância para o grupo. Isso reforça a importância da contribuição de todos para a concretização dos objetivos do grêmio e daquilo que ele representa, preponderando o olhar e o interesse do e para o coletivo. Desse modo, Bulhões *et al.* (2018, p. 111) afirmam que:

[A] formação do processo grupal é de grande relevância, dado que sem a constituição do trabalho coletivo o grêmio estudantil pode enfrentar alguns problemas ao longo do ano, tais como a falta de representatividade, a falta de correspondência das ações com as necessidades da escola, o trabalho grupal voltado para a satisfação do interesse de uma minoria de estudantes, conflitos interpessoais *etc.*

A partir do vídeo *The Wall – Pink Floyd*, algumas discussões apontaram para a percepção dos participantes sobre a “falta de interesse” dos professores, especialmente quanto às necessidades dos próprios alunos, bem como a falta de atenção à individualidade deles. Além disso, notaram como o vídeo faz analogia a uma “fábrica” de alunos voltados para o mercado de trabalho, ou seja, para a mera adequação à sociedade *etc.* Ademais, o recurso teve como propósito refletir sobre as relações de poder no espaço escolar e na sociedade, contribuindo para a formação da consciência crítica dos estudantes, inclusive sobre a democracia, como destacam Lima (2021) e Laval (2004).

Assim, embasados por uma psicologia que, na construção de narrativas, abre espaço para o conhecimento e questiona o poder paralisante (Conselho Federal de Psicologia, 2019), discutimos e contextualizamos a sociedade à qual pertencemos e a que estamos submetidos, pontuando como o sistema capitalista atua em nossas vidas, os processos de alienação existentes nos diferentes espaços e, contraditória e dialeticamente, as potencialidades de transformação desse contexto. Nessa direção, evidenciou-se a necessidade do constante exercício de leitura da realidade, para além do que é imediatamente visível (Conselho Federal de Psicologia, 2019), destacando-se o papel fundamental da escola enquanto mediadora desses processos de compreensão crítica, tanto da realidade quanto do próprio grêmio.

Dessa forma, a escola precisa priorizar em sua função social o trabalho com os conceitos científicos e o acesso à cultura sistematizada ao longo da história. Além disso, necessita primar, como explica Vigotsky (2010), pela formação da participação política e o desenvolvimento do psiquismo humano. A participação em espaços coletivos e democráticos, como o grêmio estudantil, pode solidificar essa função da escola, bem como intensificar as correlações teórico-práticas e a responsabilidade social. Como relata Lima (2021), isso amplia a autonomia e a autoconfiança dos estudantes, aspectos importantes para seu projeto de vida e o compromisso com uma sociedade mais igualitária.

Ressaltamos a importância da atuação da psicologia escolar e da atuação de estudantes em sua extensão à comunidade, no que tange à sua contribuição para ampliar a construção de espaços de diálogos e da instrumentalização de coletivos. Tais práticas podem colaborar para potencializar recursos de gestão democrática e o engajamento consciente de alunos, docentes e equipe escolar na transformação dos espaços coletivos aos quais pertencem. Esse ideal se vislumbra em favor de uma escola para todos (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

Ademais, na reunião com a equipe pedagógica da escola em que estiveram presentes vários integrantes do grêmio estudantil, as acadêmicas e a professora responsável/orientadora do curso de Psicologia apresentaram, dentre outros, alguns planos de trabalho e estratégias para

o grêmio. As estudantes trouxeram seus anseios e dificuldades, bem como a solicitação por maior apoio por parte docente e da equipe pedagógica, a fim de concretizar suas ações. A reunião contribuiu para evidenciar os interesses e potencialidades desse grupo, no que tange a consolidar um grêmio mais atuante, democrático, ético e comprometido.

Nessa ocasião, a representante escolar teceu comentários positivos às atividades realizadas, destacando a seriedade, o compromisso e o bom desenvolvimento das intervenções realizadas pelas acadêmicas, sinalizando também um grande interesse pela continuidade dessa parceria com a Universidade, mais especificamente com a área da psicologia escolar da instituição, salientando a primordialidade de criação de espaços de reflexão e da potencialização de ações. Isso remete a uma psicologia que tensiona as relações na busca por “superar determinismos sociais que impedem o entendimento da complexidade que envolve as relações estabelecidas na escola” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 40).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste relato de experiência, apresentamos uma atuação significativa da área de psicologia escolar, numa extensão característica da prática de acadêmicas de uma universidade estadual do Paraná, juntamente com uma escola pública de educação básica. Com o grêmio estudantil em tela, as discussões contundentes promovidas nos três encontros com os seus participantes enfatizaram, em geral, os direitos, a função social da escola, a participação cidadã e o descortinar do sentido de suas aplicações no capitalismo e da necessária implicação com o coletivo.

Nesse cenário, as atividades desenvolvidas promoveram um encontro essencial das estudantes universitárias em formação com a realidade da educação básica pública, de maneira a compreender seus desafios e premissas de funcionamento, ampliando o conhecimento desse contexto e da correlação entre a teoria e o exercício das atividades de ensino, em sua análise e síntese, situados na totalidade em que se encontra a educação e a sociedade. Desse modo, foi possível atuar frente ao compromisso ético-político da psicologia com a garantia de direitos básicos (Conselho Federal de Psicologia, 2019), por meio de ações que se implicaram e aliaram a isso. Nesse ensejo, viabilizamos com os estudantes secundaristas do grêmio estudantil a problematização de conceitos e reflexões sobre diferentes olhares e práticas, nas quais a pauta do coletivo e dos direitos fundamentados por uma escola pública e democrática atravessou a compreensão de sua função social essencial, especialmente em uma sociedade na qual a educação torna-se mercadoria (Laval, 2004).

Embora a ação apresentada tenha sua relevância, ainda são escassos os trabalhos e iniciativas de extensão universitária com esse propósito, constituindo lacunas nas oportunidades de aproximação da universidade com a comunidade, especialmente com os jovens da escola pública, no sentido de oferecer subsídios à sua participação social efetiva e ao protagonismo político estudantil. Ademais, reforçamos a necessária continuidade de atuação da psicologia com o grêmio, de modo a fortalecê-lo no contexto escolar, reiterando a primordialidade da democratização desse espaço e da garantia de direitos, tonificando ainda a identidade de sua representatividade. Sugere-se, outrossim, que ações constantes de reflexões sobre o papel e a importância do grêmio incluam, entre outros, a equipe técnico-pedagógica da escola, engajando-se na contínua construção de sentidos para esse coletivo; isso para além de uma mera instituição obrigatória, mas como uma potencialidade na soma de esforços à defesa da educação pública de qualidade, enquanto um direito inalienável.

Destacamos, por fim, que a realização dessas atividades reafirma a função social da universidade pública e a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na parceria com as instituições públicas de educação básica.

REFERÊNCIAS

AMARO, K.; QUADROS, M. B. A importância do Grêmio Estudantil na formação cidadã dos estudantes: plano de unidade didática. *In*: PARANÁ, GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (org.). **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná: Governo do Estado, Secretaria da Educação, 2016. n. p.

ASBAHR, F. S. F. Formação de grêmios estudantis: pesquisas sobre participação estudantil e desenvolvimento psíquico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 22., 2024, João Pessoa. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2024. n. p. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/116049>. Acesso em: 26 mar. 2025.

AZEVEDO, T. R. *et al.* Reflexões sobre a educação médica e a extensão universitária: experiências de um projeto de extensão paulistano. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2025. DOI 10.14393/REE-2025-74069. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/74069>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 4 abr. 2024.

BULHÕES, L. F. *et al.* Formação de grêmios estudantis em escolas municipais: desafios e possibilidades. **Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 97-113, 2018. DOI 10.23901/1679-4605.2018v14n2p97-113. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1701. Acesso em: 3 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Escola Digital – Aluno**, 2012. Disponível em: http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremio.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Gestão Escolar**, s. d. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em: 20 mar. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. Ep 15 – A escola é nossa / websérie Nunca Me Sonharam / Instituto Unibanco / LEG. **YouTube**, 22 out. 2021. 6min38s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ecbnb16UgE0>. Acesso em: 29 mar. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. Ep. 14 – Gestão Participativa / websérie Nunca Me Sonharam / Instituto Unibanco / LEG. **YouTube**, 22 out. 2021. 6min17s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z61Xc5CD8SI>. Acesso em: 29 mar. 2025.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

LIMA, T. M. C. D. **(Res)significação do papel do grêmio estudantil e a sua contribuição para o protagonismo juvenil no IFPI**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Piauí, Parnaíba, 2021. Disponível em: <http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/903>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 283, jan./mar. 2012. DOI 10.1590/S1414-32832012000100025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/zCtGJQTJ3d8NFrXfCfR3XHM/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SANTOS, A. I.; CERVI, G. M. Grêmio estudantil e gestão escolar democrática nas sociedades de controle. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, p. e20210049, 2022. DOI 10.1590/1980-6248-2021-0049. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/qgTxb8WrBKzGm5pt6hqcgSQ/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas – III**: problemas del desarrollo de la psique. [S. l.]: A. Machado Libros S. A., 2013.

Submetido em 1º de abril de 2025.
Aprovado em 24 de maio de 2025.